

**Atena**  
Editora

Ano 2021

# SOCIEDADE

**ORDEM E  
POLÍTICAS SOCIAIS  
NA ATUALIDADE**

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO  
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA  
CINARA MIRANDA CHAVES  
(ORGANIZADORES)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# SOCIEDADE

**ORDEM E  
POLÍTICAS SOCIAIS  
NA ATUALIDADE**

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO  
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA  
CINARA MIRANDA CHAVES  
(ORGANIZADORES)**

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade

**Diagramação:** Daphynny Pamplona  
**Correção:** Gabriel Motomu Teshima  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
Maria Filomena Rodrigues Teixeira  
Cinara Miranda Chaves

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Cinara Miranda Chaves. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5983-679-6  
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.796212911>

1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Chaves, Cinara Miranda. IV. Título. CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Colocamos à sua disposição a obra - “Sociologie: Ordem e política sociais na atualidade”, organizada em dois volumes. Uma obra que nasceu marcada pela força e expansão de seus discursos no campo das ciências sociais e áreas afins, requerendo diálogo e reflexão sobre questões que nos são caras, necessárias e urgentes nesta nova ordem social. Uma obra editada em várias mãos e idiomas, envolvendo pesquisadores de vários países, comprometidos com a reflexão permeada por ordens políticas e sociais que emergem em contextos sociais ao redor do mundo. Neste primeiro volume, os textos apresentam grande diversidade e estabelecem vínculos com as seguintes palavras-chave: Anatomia do idoso; Atualidades; Comunidade marginada; Desenvolvimento socioeconômico e humano; Desenvolvimento urbano; Engajamento; Estudo comparativo; Família; Feminismo; Gênero; Jornalismo colaborativo; Licenciatura; Liderança comunitária; Mediação da informação; Movimento Social; Mulher; Organizações; Pandemia; Política de cotas; Políticas sociais; Prática docente; Preconceito; Sociedade; Sociedade civil; Sociologia. Desejamos a todos você uma excelente leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Cinara Miranda Chaves



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A LIDERANÇA COMUNITÁRIA ENQUANTO ARTICULADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E HUMANO EM UMA COMUNIDADE MARGINADA DO RIO GRANDE DO SUL


Fabiana Pereira Rosa  
Victor Hoffmann Moreira  
Gabriel Debastiani De Mello  
André Prates Carneiro  
Monique taisa wilborn

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129111>

### **CAPÍTULO 2..... 17**

A MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA CONTRA O PRECONCEITO POR SER MILITANTE


Ayna Miranda da Silva Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129112>

### **CAPÍTULO 3..... 30**

ANATOMIA DOS IDOSOS ¿DO QUE ESTAMOS FALANDO QUANDO FALAMOS DE MEIA-IDADE?


Sandra Sande Muletaber

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129113>

### **CAPÍTULO 4..... 40**

A POLÍTICA DE COTAS A PARTIR DA LEI Nº 12.034 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009 E AS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Luzihê Mendes Martins  
Fabiana Pereira Rosa  
Juliane Danielle Dos Santos  
Monique Taisa Wilborn  
Victor Hoffmann Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129114>

### **CAPÍTULO 5..... 54**

COVID Y DECRECIMIENTO ¿IMPUESTO O RELEXIVO?


Armando Sánchez Albarrán  
Luis Fernando Gálvez Bailón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129115>

### **CAPÍTULO 6..... 67**

DIAS GOMES E OS ESPETÁCULOS MUSICAIS: CULTURA, ARTE NO BRASIL SOB A DITADURA MILITAR


Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129116>

**CAPÍTULO 7..... 78**

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

Clody Genaro Guillén Albán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129117>


**CAPÍTULO 8..... 94**

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O EFEITO MULTIPLICADOR DO FINANCIAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA ENTRE 2014 E 2020 NAS 7 REGIÕES ECONÓMICAS PORTUGUESAS

Diamantino Ribeiro

Natacha Jesus-Silva

João Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129118>

**CAPÍTULO 9..... 104**

LOS INDICADORES DE DESARROLLO COMO CONTRIBUCIÓN AL DESARROLLO SOSTENIBLE


Ana Emaides

María Liliana Salerno

Magister Juan Balussi

Lic. Marianela Truccone


Magister Daniela Paredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129119>

**CAPÍTULO 10..... 112**

JORNALISMO COLABORATIVO E OS NOVOS PARÂMETROS PARA SELEÇÃO E INTERMEDIACÃO DA NOTÍCIA

Mayara Wasty Nascimento de Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291110>

**CAPÍTULO 11..... 123**

LA IGLESIA MINISTERIO INTERNACIONAL ENCUENTRO CON JESÚS EN URUGUAY: UN ANÁLISIS CUALITATIVO EN EL MARCO DE LA TEOLOGÍA DE LA PROSPERIDAD

María Victoria Sotelo Bovino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291111>

**CAPÍTULO 12..... 133**


LA PRÁCTICA DOCENTE FACTOR DETERMINANTE DE LOS INCIDENTES CRÍTICOS EN LA LICENCIATURA DE SALUD PÚBLICA DE LA U.M.S.N.H.

Adriana Calderón Guillén

Gaudencio Anaya Sánchez

Estefany del Carmen Anaya Calderón


Roger Nieto Contreras  
Victor Hugo Anaya Calderón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291112>

**CAPÍTULO 13..... 149**

LOS MOVIMIENTOS LABORALES Y LAS REDES SOCIALES. LA CONSTRUCCIÓN DE UNA REALIDAD FRAGMENTADA


Cirila Quintero Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291113>

**CAPÍTULO 14..... 159**

LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL COMO ACTORES DEL DESARROLLO URBANO EN CHILE: AFECTOS Y JUSTIFICACIONES

Rosario Palacios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291114>

**CAPÍTULO 15..... 174**


PERFIL DE USUARIOS DE CASINOS Y COSTOS INDIVIDUALES, FAMILIARES Y SOCIALES EN EL MARCO DE PRÁCTICAS DE ESPARCIMIENTO, CASO MEXICALI, BAJA CALIFORNIA, MÉXICO

Margarita Barajas Tinoco

José Ascensión Moreno Mena

Norma García Leos

Marisol Lara Maldonado


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291115>

**CAPÍTULO 16..... 185**

“O NOVO CÓDIGO CIVIL E COMERCIAL DA NAÇÃO NA ARGENTINA E O CUIDADO DA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES PARA PENSAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DESCOLONIAL”

Laura Beatriz Montes

Stella Maris Cusimano


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291116>

**CAPÍTULO 17..... 198**

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONSTROEM SIGNIFICADOS SOBRE FAMÍLIAS E MULHERES, SITUADAS EM UM MAR DE VULNERABILIDADES

Stella Maris Cusimano

Laura Beatriz Montes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291117>

**SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 211**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 213**

# CAPÍTULO 5

## COVID Y DECRECIMIENTO ¿IMPUESTO O RELEXIVO?

*Data de aceite: 01/11/2021*

### **Armando Sánchez Albarrán**

Profesor investigador del Departamento de Sociología de la UAM-Azcapotzalco, adscrito al Cuerpo Académico de Sociología Rural

### **Luis Fernando Gálvez Bailón**

Alumno del posgrado en Sociología, en el Departamento de Sociología de la UAM-Azcapotzalco

**RESUMEN:** En los primeros meses de 2020, los gobiernos de todo el mundo se vieron obligados a adoptar decisiones enérgicas como el cierre de empresas y comercios no esenciales para evitar la aglomeración de personas ante el riesgo de contraer el nuevo virus SARS2 o COVID-19. Un examen más detallado permitirá diferenciar lo que, desde nuestra óptica, constituyó, más bien, una suerte de un decrecimiento impuesto, pero, además, con todos los riesgos advertidos por los creadores del concepto original de decrecimiento. Considerando las aportaciones de autores como el francés Serge Latouche o el español Carlos Taibo, se pretende analizar si el cierre de empresas no esenciales en el campo y la ciudad ante la pandemia por el COVID-19 en 2020 llevó a muchos países a una situación que hizo pensar en acciones de decrecimiento.

**PALABRAS CLAVE:** pandemia, decrecimiento impuesto, decrecimiento reflexivo

### **INTRODUCCIÓN**

El propósito de este trabajo es discutir la noción de decrecimiento sugerida por el francés Serge Latouche o el español Carlos Taibo para confirmar o no si el cierre de empresas no esenciales en el campo y la ciudad ante la pandemia por el COVID-19, en 2020, llevó, por ejemplo, a México a una situación de decrecimiento. Los primeros meses de ese año los medios informativos advirtieron de un hecho no insólito y poco usual: el mejoramiento en la calidad del aire, la reducción de los gases de efecto invernadero, de mares, lagunas y ríos más limpios; la reaparición de fauna salvaje, merodeando, incluso, por las grandes ciudades del mundo y de “Nuestra América”, parafraseando a José Martí.

Por el alto nivel de contagios del SAR-2, COVID-19, en los primeros meses del 2020, los gobiernos de todo el mundo adoptaron medidas que afectaron sus economías debido al cierre de empresas y comercios clasificados por el gobierno como no esenciales, con el fin de evitar las aglomeraciones de personas, e intentar, así, detener los contagios y fallecimientos ocasionados por el nuevo virus. En ese entonces, las instituciones de salud apenas conocían las formas de contagio y de prevención por lo que las medidas de contención no resultaron tan homogéneas, decisivas y eficaces. En la historia reciente, del siglo XX, se registraron algunos

antecedentes de pandemias como en el caso de la llamada influenza española que cobró la vida a entre 20 y 40 millones de personas en el año 2018 en España y Estados Unidos. Después de la Segunda Guerra Mundial, la medicina moderna, parecía ganar la batalla a enfermedades tropicales, entre ellas: la malaria, el dengue, la enfermedad de Chagas, la *leishmaniasis*, las parasitosis intestinales, la fiebre amarilla, entre otras. Sin embargo, aún en el presente siglo, enfermedades tropicales, junto con él. VIH/SIDA, la tuberculosis y el paludismo, toman la vida de más de 4.5 millones de muertes al año en México (Santos y Franco, 2011).

En los últimos cuarenta años, el mundo ha mostrado la peor faceta del desarrollo económico capitalista exponiendo sus límites y contradicciones pues, lejos de lograr el bienestar para la mayoría se hace visible un incremento de la huella ecológica a causa de la deforestación, incremento del dióxido de carbón y gases de efecto invernadero, por mencionar los más evidentes. En lo social sobresale el aumento en la desigualdad social, y, por tanto, la falta de oportunidades económicas y que se concretizan en el desempleo, la pobreza y la disminución de derechos laborales y cívicos como la salud o la educación.

Serge Latouche y el español Carlos Taibo, encuentran en la noción de decrecimiento una alternativa al modelo actual, pues una economía regida por el libre mercado no conduce más que al abismo, desde su mirada se podría vislumbrar un negro futuro para la humanidad y el planeta. Así mismo, cuestionan las mismas nociones de desarrollo y progreso que la modernidad tiene en un Pedestal. Para Serge Latouche, en “Salir de la sociedad de consumo. Voces y vías del decrecimiento”, (2012) de no adoptar medidas serias contra el calentamiento global, paradójicamente, el decrecimiento será impuesto por los mismos excesos del crecimiento, como lo que estamos viviendo con la pandemia en todo el mundo. En cambio, Latouche y Taibo, coinciden en que uno de los postulados del decrecimiento es dejar de lado el objetivo del crecimiento por el crecimiento mismo. (Latouche, 2012; Latouche, 2009; Taibo, 2011). La propuesta del decrecimiento la han promovido, con otras palabras, autores como Joan Martínez Alier, André Gorz, Denis Bayón, Fabrice Flipo, Francois Schneider, Federico Demaria, Ernest Frederic Schumacher, Giorgos Kallis entre otros (Bayón, Flipo, Schneider, 2010; Shumacher, 2013). En América Latina, contamos como antecedente al concepto de decrecimiento el trabajo de Iván Ilich “La convivencialidad” (1973). Arturo Escobar con el posextractivismo “Escobar, 2011); Miguel Valencia Mulkay, director del grupo Red Ecologista de la Cuenca de México: “Ecomunidades” (2012) “La apuesta por el decrecimiento” (2012). Autores adscritos al paradigma de la ecología política parecen guardar ciertas coincidencias con las críticas de Latouche y Taibo con respecto a las teorías del crecimiento y del desarrollo sustentable. En México, podemos mencionar a Enrique Leff en “Decrecimiento o desconstrucción” (2021), Víctor Manuel Toledo “El metabolismo social: una nueva teoría Socioecología” (2013) o “La insustentable esencia de la sustentabilidad” (2019).

Se discute en este trabajo, como los autores del decrecimiento previenen de los riesgos de un decrecimiento impuesto por el gobierno o las instituciones, recuerdan que

eso fue precisamente lo que sucedió en 1930 con la gran depresión pues ello fue el prelude para el arribo de gobiernos totalitarios. De manera más reciente, en la ex URSS, que en 1990 se encaminó a una desindustrialización, que provocó efectos perversos en la economía, como la llegada del crimen organizado. Es decir, un decrecimiento drástico no es la panacea para afrontar los problemas económicos, derivados de la propia lógica económica capitalista, pues ello podría provocar desocupación, malestar social y hasta el fracaso de las políticas económicas y ecológicas alternativas.

## 11 TEORÍAS SOBRE EL DECRECIMIENTO

En el año 2002, en Francia un grupo heterogéneo de intelectuales preocupados por los estragos de la crisis multidimensional del capitalismo impulsan el programa decrecentista dentro del marco del coloquio “*Deshacer el desarrollo, rehacer el mundo*”. Ante la aplanadora cultural que representaba la globalización occidental y los efectos depredadores que implican el desarrollo capitalista los impulsores del decrecimiento proponen desacelerar la locomotora del crecimiento en dos ámbitos principalmente: el productivismo y el consumismo, paralelamente, y como parte de la construcción de una alternativa al modelo social de crecimiento, donde se privilegian principalmente, el crecimiento material y económico, se propone la construcción, desde la base, de un tipo de sociedad consciente de los límites ecológicos participativa en lo democrático y tendiente a la autonomía (Latouche, 2009).

Quizá el teórico más sobresaliente de esta corriente de pensamiento sea el autor galo, Serge Latouche, quien ha insistido constantemente en la irracionalidad que implica mantener un crecimiento perpetuo y expansivo de la economía como único paradigma de bienestar. El decrecimiento agrupa las voces que se oponen a la narrativa del productivismo a ultranza, pues intenta desmitificar el relato mesiánico del progreso, crecimiento, desarrollo y las prácticas que ello implica (Latouche, 2009).

Los decrecentistas argumentan que no se puede crecer de manera infinita en un planeta que tiene límites finitos, no obstante, nuestra sociedad ha vinculado su destino a un tipo de organización basada en la acumulación ilimitada (Latouche, 2009) donde el crecimiento perpetuo y expansivo de la economía permite la obtención de beneficios abundantes para ciertas elites, sin importar la forma, el proceso y las consecuencias al obtenerlos. De esta forma el crecimiento perpetuo, al contrario de traer beneficios a la sociedad, es causante de una cantidad notable de problemas, tales como agresiones medioambientales, agotamiento de recursos, establecimiento de un modo de vida esclavo, explotación laboral, y hasta pandemias, por lo que una revisión objetiva y científica de la economía de crecimiento ilimitado nos permite dar cuenta del engaño que este fenómeno suscita, ya que no genera, necesariamente, como promulgan la gran mayoría de economistas y políticos, mayor y mejor cohesión social, puestos de trabajo, mejoramiento en los servicios públicos, igualdad, reducción de la pobreza. (Taibo, 2011).

Los objetores del crecimiento han ejemplificado la desmesura del crecimiento económico retomando la dinámica del Producto Interno Bruto (PIB), este indicador expresa el valor monetario de la producción de bienes y servicios de demanda final de un país durante un periodo determinado de tiempo. Dicho indicador ha sido privilegiado como índice de medida, que se traduce en bienestar, felicidad y correcto desarrollo de un país, los decrecentistas no tratan de negar que el crecimiento de la economía redunde en beneficios para la sociedad, sin embargo, es correcto hasta cierto nivel, pero pasando ciertos umbrales de crecimiento los beneficios, se trasmutan a problemas para el grueso de la sociedad, por ejemplo, subraya Carlos Taibo, el PIB integra en su contabilidad todo aquello que represente producción y gasto y lo vincula directamente con crecimiento y bienestar, sin embargo, dentro de todo aquello se incluyen paradójicamente las propias agresiones y los procedimientos que se proponen frenarlos y corregirlos.

La economía actual se caracteriza por la maximización de las ganancias lo cual se logra gracias al mercado libre y el desarrollo de las nuevas tecnologías. Sin embargo, dicha economía ocasiona un mundo con desigualdad social. El informe de Oxfam indica que el 1% de la población mundial concentra 75% de los recursos económicos del mundo (Oxfam, 2016). No se propicia el incremento del empleo, sino el desempleo, aumento de enfermedades (cardiovasculares, cánceres, diabetes), además la educación y la salud no llegan a todos en las mismas condiciones de oportunidad y calidad (Taibo, 2011)

La medición de la Huella ecológica permite vislumbrar de qué modo hemos trasgredido los límites biofísicos del planeta y la desproporción de acceso a recursos entre países y clases sociales. Ésta, mide la superficie terrestre como marítima que precisamos para mantener las actividades económicas. En nuestro planeta hay límites, pues sabemos que la superficie de la tierra posee 51,000 millones de hectáreas, de los cuales únicamente 12,000 millones pertenecen al espacio bioproductivo, es decir, que ocupamos para sustentar la vida humana, de donde obtenemos los recursos naturales que destinamos a la alimentación, producción y consumo, así como el espacio necesario para tirar nuestros desechos. Sin embargo, el metabolismo social ha sobrepasado estos límites que nos marca la biosfera y hoy extraemos y desechamos más de lo que nos brinda la tierra. Pues al dividir el espacio bioproductivo sobre la cantidad de personas que habitan el mundo obtenemos que a cada persona le corresponden 1,8 hectáreas para sustentar su vida, no obstante, y debido al crecimiento imparable, hoy estamos ocupado un promedio de 2,2 hectáreas por habitante. Es decir, la humanidad se ha sobrepasado los límites que nos situarían como una civilización sustentable. Actualmente, existe una gran disparidad en la huella ecológica a nivel mundial, pues por ejemplo un norteamericano consume 9,6 hectáreas en comparación con un indio que ocupa 0.8 hectáreas. Si todos quisiéramos vivir como un europeo promedio necesitaríamos 3 planetas para vivir, 7 si extendiéramos el nivel de vida de los norteamericanos. (Latouche, 2007; Taibo, 2011).

Frente a la tendencia a los desastres que provoca el ciclo amargo de la economía

de crecimiento, el decrecimiento, en cambio, de acuerdo con Serge Latouche, propone un círculo virtuoso representado en las “8 erres” que son interdependientes y ecodependientes: Revaluar: implica asumir valores locales de cooperación y humanista; Reconceptualizar: se trata de redefinir/redimensionar conceptos con el propósito de aprehender de otra manera la realidad; Reestructurar: adaptar la producción y relaciones sociales a una nueva escala de valores, por ejemplo, la ecoeficiencia o la simplicidad voluntaria. Relocalizar: lleva a lograr la autosuficiencia local; Redistribuir: repartir mejor la riqueza, el trabajo, los recursos entre naciones, personas, generaciones, y géneros; Reducir: cambiar el estilo consumista; y Reutilizar y reciclar: alargar el tiempo de vida de productos para evitar el derroche.

Así, la deuda económica, se compensaría con los criterios de romper con la dependencia cultural del Norte y el reintroducir productos olvidados o abandonados y valores “antieconómicos” propios de la historia. La deuda histórica, significa renovar significa retomar la historia interrumpida por la colonización y la globalización; La deuda cultura, reencontrar y reapropiar supone la identidad cultural que retome los saberes y tradiciones; la deuda social, retoma los mecanismos anteriores; la deuda ecológica, implica retomar los mecanismos de compensación de la deuda del crecimiento.

Uno de los principios del decrecimiento consiste en la disminución del consumo, así como una producción controlada y racional con el propósito de respetar a la naturaleza, el clima, los ecosistemas y la vida de los seres humanos. En realidad, se proponen el tránsito o transición que lleve a cumplir con ciertos principios diferente a una economía de recursos limitados, que es uno de los supuestos de la economía marginalista: necesidades ilimitadas, recursos escasos. En su lugar, sugieren que la transición se lograría mediante la adopción de los siguientes principios: la escala reducida, relocalización, eficiencia, cooperación, autoproducción/ e intercambio, durabilidad y sobriedad.

Dentro de esta corriente de pensamiento se alerta del riesgo de un decrecimiento forzoso ocasionado por el agotamiento de recursos como el agua, la tierra, la flora o la fauna, o por una crisis o colapso recursos naturales energéticos. De esta forma, el agotamiento de recursos llevaría a un decrecimiento forzoso promovido por el capitalismo global. Más bien, la transición implica pasar de una economía medida cuantitativamente por el Producto Interno Bruto, hacia otros índices como el índice de Desarrollo Humano que, según el Fondo Mundial para la Naturaleza, debería de ser del 0.8 o la Huella Ecológica, del 1.8 hectárea per cápita. Desde la mirada decrecentista, no se puede medir el bienestar utilizando únicamente instrumentos que recogen los bienes y servicios producidos en virtud de la lógica de mercado.

Más que sugerir la utilización de tecnologías verdes, las cuales desde luego se apoyan, prefieren decantarse por la disminución del consumo de energía para reducir el intercambio de materias entre los humanos y la naturaleza. Por ejemplo, si la mayoría utilizara autos eléctricos habría el efecto rebote de la disminución y escasez del litio. En realidad, mejorar la calidad de vida consiste en caminar, es decir, cambiar el >estilo de vida< y no solo en utilizar autos eléctricos.

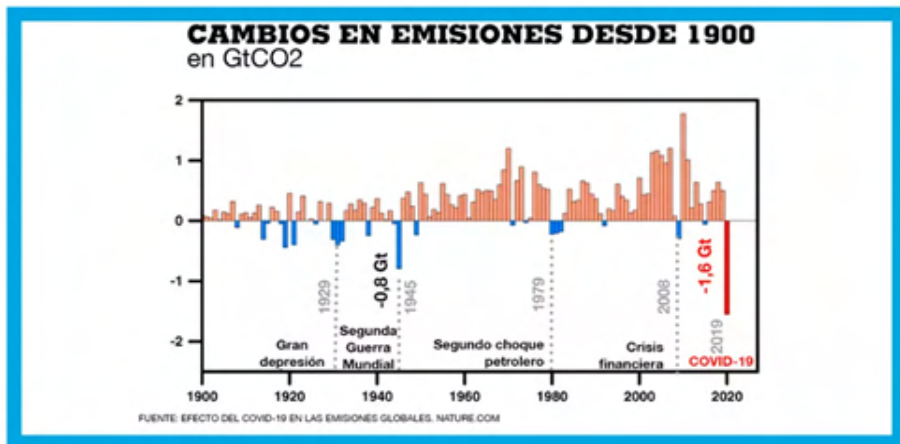


Las enormes disparidades entre los países del Norte y del Sur también son foco de su reflexión. Giorgio Mosangini, sugieren proponer medidas para disminuir los flujos de materias primas y energéticas del Sur al Norte. Precisamente, en la actualidad sucede precisamente lo contrario pues el modelo de acumulación de capital consiste la modalidad extractivo-exportadora. Serge Latouche sugiere abandonar dicho modelo y encaminar la economía de los países del Sur hacia la autonomía y soberanía alimentaria; transformar la producción industrial orientada hacia los bienes de consumo, pues con ello se producen productos de corta vida u obsolescencia programada, y en su lugar propiciar la producción de bienes durables; colaboración de conocimientos y prácticas entre Norte y Sur encaminadas hacia procesos sostenibles. Critica al imaginario consumista puesto que tiende a reproducir un tipo de vida esclavo gracias a la publicidad, crédito y obsolescencia programada y percibida potenciada con las nuevas tecnologías de la información debido a la inteligencia artificial utilizada en las redes sociales para aumentar el consumo de los individuos.

## **2 I COVID-19 Y DECRECIMIENTO IMPUESTO**

En los primeros meses de 2020, los gobiernos del mundo adoptaron medidas para contener la expansión del virus SARS COV-2 o COVID-19. La magnitud de las medidas de contención no tiene comparación con otras acciones de este tipo, pues afectaron de manera directa a renglones muy sensibles de la economía en todo el mundo; equivalen a decisiones que podrían identificarse como de decrecimiento ante el cierre de empresas y servicios clasificadas como no esenciales. En esencia, se trató de políticas económicas regulativas de prohibición de empresas y negocios por causas de salud pública; Dichas acciones de decrecimiento forzado ocasionaron otros problemas que son las que, precisamente, los autores del decrecimiento sugieren evitar. La Organización Mundial de la Salud y los gobiernos de todo el mundo instrumentaron medidas como el cierre de empresas y la reclusión de las personas en sus viviendas que ocasionaron cambios positivos en el medio ambiente.

Los Acuerdos de Paris, de diciembre de 2015, propusieron la meta mundial de reducir el calentamiento global por debajo de los 2 grados centígrados, y limitar el aumento a un 1.5° C (Bermejo, 2010). En China, Italia, Estados Unidos, España y Francia se recuperó el medio ambiente con la disminución del CO2. En muchas ciudades del mundo reaparecieron especies en peligro de extinción, en endémicas como el caso de panteras y venados en ciudades de Chile. En la primera mitad del año 2020, se redujeron, en el mundo, las emisiones de CO2 en 8.8%, sin embargo, la temprana apertura de actividades, como en China, ocasionó la reducción de este indicador a 6.5% en los primeros ocho meses de 2020 (Colorado, 21/10/2020). (Véase gráfica 1).



Gráfica 1 Cambios en las emisiones desde 1900 en GtCO<sub>2</sub>.

Fuente: (Colorado 2020) (<https://www.france24.com/es/programas/medio-ambiente/20201021-medio-ambiente-emisiones-co2-covid-19-pandemia>).

Desde hace años, el actual modelo de extractivo exportador registra ya signos alarmantes de deterioro medioambiental: calentamiento global, deforestación agravada por terribles incendios en Brasil, Australia, o Estados Unidos; contaminación acelerada del aire ríos lagunas y del mar. El Covid-19 es un efecto directo de la sociedad de crecimiento.

En los primeros meses de 2020, el cierre de empresas, comercios y las medidas de reclusión de la población en sus viviendas provocó señales medioambientales positivas debido a acciones como trabajar desde sus domicilios, en sus hogares, haciendo “home Office”: obreros, empleados, oficinistas, amas de casa, estudiantes en todos los niveles educativos, todos trabajando en línea.

Una interrogante obligada es preguntarse si tales medidas redujeron el nivel del consumo de mercancías considerando que se dejó de utilizar servicios de transporte público y privado, turísticos, entre otros. La respuesta a esa pregunta es negativa, pues los patrones de consumo no se tradujeron en la reducción consciente del consumo. Por el contrario, en muchos casos, aumentó el consumo de bienes y servicios. Por otro lado, los gobiernos están muy lejos de buscar el decrecimiento y estrategias glocales, es decir, sustentadas en la producción y consumo local. Sin embargo, los gobiernos, como México y el mundo, podrían aprender mucho de la lección de la pandemia y de los beneficios del decrecimiento.

En realidad, lo que sucedió fue que las medidas de cierre de empresas y negocios no indispensables constituyeron medidas regulativas restrictivas del gobierno, autoritarias y no democráticas. En zonas urbanas y rurales, en municipios y comunidades campesinas e indígenas también se impusieron medidas de decrecimiento impuesto. Así mismo, los comercios urbanos afrontaron también un alto costo en personas infectadas y fallecidas. En zonas rurales, también hubo una reducción del consumo de productos primarios debido a la

reducción de la demanda desde los consumidores urbanos, lo que disminuyó los ingresos de muchos productores de artículos agropecuarios perecederos. En el campo, el cierre de actividades agropecuarias no fue acompañado, al menos al inicio, por políticas de apoyo al campo ante la contingencia del COVID-19. Las poblaciones pobres del campo, campesinas e indígenas se encontraron en una situación de vulnerabilidad ante las limitaciones y carencias en términos de salud y educación. Campesinos e indígenas pobres se vieron forzados a desplazarse como jornaleros a diferentes lugares del país como vendedores de artesanías o como jornaleros donde tampoco había condiciones adecuadas para la prevención de la epidemia (Macías, 2020).

Las medidas anti-COVID, ocasionaron resultados negativos que muestran los efectos negativos del cierre forzado de empresas como la muestra la reducción del PIB de 18.8%, en el segundo trimestre de 2020, para luego iniciar una lenta recuperación. La producción industrial medida por el índice de producción industrial en México en los primeros meses de 2020 de 50.3 puntos de febrero de 2020 a 46.9 en marzo para proyectar una constante contracción en ese año. Ello incidió en la lenta recuperación la disminución de la demanda. Las proyecciones pronostican, sin embargo, una recuperación para llegar a un 3% hasta 2021. El Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática informó que en 2020 el PIB cayó al -8-5% anual, su mayor caída desde 88 años, cuando en 1932 se redujo a -14%. Por sectores, el crecimiento anual en el campo fue de 2.0%; en la industria hubo una contracción del -10.2%; en el sector terciario, de -7.9% anual (Saldivar, 2021).

La disminución descontrolada del desempleo y del cierre de empresas, sobre todo en medianas y pequeñas de manera definitiva. La Secretaría del Trabajo indicó que el desempleo formal en 2020 era de 346,878 personas (Domínguez, 2020). Afectando mayormente a Quintana Roo, que vive del turismo; Ciudad de México, Jalisco, Estado de México y Tamaulipas. El Seguro Social señaló que solo cotiza en dicha institución menos del 25%. En la industria automotriz, pasó de 3.9 millones de unidades en 2017, a 0.93 en 2020; se afectó en un 70% todas las empresas como efecto del paro o reducción de la actividad debido a que la Secretaría de Economía no la consideró como actividad esencial. La producción automotriz mostró que desde 2017 ya existía una crisis por la disminución de la demanda de autos, la pandemia solo visibilizó un problema preexistente. En la rama de energía, el gobierno de México ha apoyado al sector sobre todo en la planta de “Dos Bocas” para la producción de gasolina y algunos proyectos hidroeléctricos. En la producción del petróleo, se redujo el precio en 305%. La mezcla mexicana bajó a 7.12 dólares por barril lo que afectó en la devaluación del peso, la baja en la Bolsa Mexicana de Valores, el incremento en la inflación, incremento en el endeudamiento y mayor presión general en la economía. Turismo, pérdidas por 239,000 millones de pesos. Transporte público, disminución de un 76% (Gutierrez, Roberto. ,2021). En la industria textil, el presidente de la Cámara de la Industria Textil (Citex), Carlos Couttolenc, indicó que se perdieron unos 2000 puestos en siete meses de 2020, pues operaba en un 30%. En los últimos meses, dicha rama produce materiales

para el sector salud como cubre bocas, batas y sábanas (Molina, 2020).

El consumo no disminuyó de una manera consciente por parte de la población, más bien, se incrementó gracias a las compras en internet (Rodríguez, La Jornada, 9/12/2020).

La “Encuesta de Seguimiento de los efectos del COVIDA EN EL Bienestar de los hogares mexicanos #ENCOVID19”, reportó los siguientes resultados: Perdieron su empleo entre 5.2 y 8.1 millones de personas; uno de cada tres hogares observó reducción del 50% de sus ingresos entre febrero y marzo de 2020; 64.4% cumplió con el resguardo en su domicilio; 27.5% reportó afectaciones en la cantidad y calidad de sus alimentos; 27.3% presentó síntomas depresivos y el 32.4% síntomas severos de ansiedad (Quantos, 2021). La pandemia puso al descubierto un rezago en inversión pública en el sector salud. El gobierno tuvo que destinar recursos para la compra de respiradores, equipo de protección de personal sanitario, material de curación, instrumental, material de aseo por \$2,300 millones de pesos; se vio forzado a negociar con el sector privado para que atiendan al 50% de sus camas a la población hospitalizada con el Covid-19. Es decir, el gobierno se vio forzado a desviar recursos para el desarrollo hacia el sistema de salud pública que se encontraba desatendido por los gobiernos neoliberales y dirigido hacia el sector privado.

### 3 | DECRECIMIENTO REFLEXIVO

La transición hacia un decrecimiento consciente supone un proceso de acción reflexiva de toda la sociedad por ello consideramos que debería de tratarse de un decrecimiento reflexivo. El cierre de empresas o limitación de ellas constituyó un decrecimiento forzado, impuesto desde el gobierno que no altero los esquemas de pensamiento y representación del mundo. Es decir, no se tradujo en un cambio en los patrones de consumo público y privado consciente. No partió de un pensamiento crítico, desde la sociedad civil, sino que provino desde el gobierno.

Como política pública regulativa, los gobiernos de México y del mundo se enfocaron principalmente en los efectos inmediatos orientados por una visión política muchas veces mediada por procesos políticos por lo que dominó la improvisación pues la población en general no se encontraba preparada y mucho menos concientizada.

Otra cosa hubiera sido, que los principios de un decrecimiento reflexivo hubieran orientado las acciones, por ejemplo, de acuerdo con los principios de las “8 Erres” de Serge Latouche, a saber: reconceptualizar y reevaluar supone un proceso de toma de conciencia, de educación y de acción. Entonces el decrecimiento impuesto, sin cambios de valores, conceptos, reducción de la producción y consumo etc., constituyó, más bien, una muestra de la crisis de civilización. Los pensadores del decrecimiento han advertido que no hay nada peor para la sociedad que un “decrecimiento en una sociedad de crecimiento”, pues ello implica precisamente los indicadores negativos en la macro y microeconomía: desempleo, pobreza, desigualdad, cierre de empresas, incremento de las tensiones sociales etcétera.

Una real apuesta del decrecimiento radica en pregonar un cambio de estructuras materiales y de pensamiento, reducción de infraestructura masiva que contribuye al deterioro socioambiental; per, también, crecimiento de infraestructura para actividades ecológicas, sociales y relacionales.

El dilema actual del crecimiento en el sistema actual señala que el sistema económico ya no puede crecer pues ya no quedan suficientes recursos para todos como ya acontece en el caso del agua, bosques, ríos y lagos, tierra contaminada, por mencionar algunos. Además de acarrear malestares sociales como crisis sociales y políticas recurrentes; sanitarias como la pandemia, pero a la vez, tampoco puede decrecer porque no hay peor que una economía de crecimiento que decrece, lo cual genera injusticia: pérdida de derechos laborales y cívicos, sobre todo para los jóvenes.

Desde el Sur Global, Arturo Escobar o Vandana Shiva reconocen el fracaso de la globalización y sugieren, como en el caso de Escobar, el postdesarrollo. La vida sencilla de la Gandhi se traduce en vivir simple, para que otros puedan vivir simple. En este sentido, es preciso reconocer que, en México, muchas comunidades campesinas e indígenas cuentan con una tradición de consumo responsable o de decrecimiento.

En Ecuador y Bolivia se ha adaptado la lógica del Buen Vivir en la constitución de esos países. En este sentido los amerindios cuentan con su propia noción y filosofía de decrecimiento: el Buen Vivir. Lo anterior tiene que ver una relación estrecha entre el hombre rural y la naturaleza. El lugar o nicho de vida es el territorio lo cual supone vivir de acuerdo con los ciclos naturales y no rebasar los límites de la biosfera.

En el campo, la economía campesina opera, de por sí, con un esquema de equilibrio entre consumidores y trabajadores de cada familia, pero no en la búsqueda del lucro (Chayanov, 2000). Es decir, la lógica interna de su economía no exige de más a la naturaleza ya que, en ese caso, se recurre a actividades extra agropecuarias como el comercio, la artesanía o bien, la migración. Por ello, la producción de los pequeños campesinos no es una producción depredadora del medio ambiente, por el contrario, se vive de acuerdo con el Buen Vivir. Una acción de buen vivir también significa redistribuir, de acuerdo con Carlos Taibo, ello implica redistribuir el trabajo y reducir las jornadas laborales. Esto, de por sí, en el campo es una realidad.

En la ciudad, gran parte de las micro y pequeñas empresas, y comercios de toda índole son, en realidad, negocios familiares que también dependen del equilibrio entre el número de consumidores y el número de trabajadores. Pero en la ciudad, una gran parte de la población cuenta con estudios y ya, varios grupos o colectivos operan en la economía solidaria a través de mercados orgánicos, compra en colectivo como cooperativas de consumo; multitrueke, otras variantes de moneda como Tumin.

Una sociedad reflexiva que se encamine hacia un decrecimiento reflexivo implica la conformación de redes entre productores orgánicos y consumidores conscientes de pagar el precio justo por productos orgánicos. Aplicando los principios, como el de las 8 erres,

sugeridas por Latouche. Los gobiernos podrían recuperar las enseñanzas de la pesadilla del Covid 19 para fomentar y apoyar a la sociedad civil rural organizada en un esfuerzo conjunto para cambiar las formas de consumo “desde abajo”, en un decrecimiento responsable.

Desde luego, los empresarios capitalistas van a oponerse al cambio, sin embargo, en la medida en que un movimiento reflexivo desde los consumidores conscientes comience para exigir productos ecológicos, orgánicos, y se sustenten del trabajo o empleo verde, en esa medida, las empresas se verán obligadas a cambiar sustancialmente los procesos de producción contaminantes. En el campo se sugiere la transición entre la agricultura que depende de energía fósil hacia la agricultura ecológica. Por ejemplo, la permacultura, es decir la producción de agua y tierra gracias a la adopción de una agricultura y ganadería orgánica. Sin embargo, por cada empleo perdido por la economía verde, se crean cuatro empleos. Pero, el cambio se logrará, no ya con medidas como el cierre de empresas y comercios, sino como un cambio radical en los procesos de producción. Así mismo, el mercado va a requerir con toda seguridad un nuevo perfil de profesionistas que se adecuen a las nuevas necesidades del empleo verde, en función del cambio en los hábitos conscientes de los consumidores: empresas ecológicas, arquitectos, ingenieros y diseñadores especializados en la producción de productos que no dañen al planeta y eviten la producción de CO<sub>2</sub>. De la misma forma, el sector turístico se beneficiará con zonas de conservación y de reconstrucción de paisajes verdes gracias al concurso de nuevos especialistas en permacultura que regeneren bosques, ríos, lagos, mares; y con una producción agropecuaria no únicamente sustentable sino también orgánica para generar empleos en las nuevas generaciones. La producción eficiente más económicas, eficientes y amigables con la naturaleza para la creación de un mundo donde quepan muchos mundos. Lo anterior requiere también un cambio en los valores sociales para recuperar la democracia, la pluriculturalidad y la justicia social.

## CONCLUSIÓN

En el trabajo se contraponen dos nociones de decrecimiento. El primero, el decrecimiento que aquí denominamos impuesto y el decrecimiento consciente. El decrecimiento forzado durante la pandemia del COVID-19 solo es una apariencia de decrecimiento, a pesar de algunos indicadores en el mejoramiento temporal del ambiente, de la flora y de la fauna. Los fundadores de este pensamiento alertan respecto a que un decrecimiento rápido ocasionaría más problemas que soluciones. Incluso se señala el efecto de rebote, como sucedió en los años treinta cuando se crearon condiciones para el ascenso de regímenes fascistas.

Por el contrario, un decrecimiento reflexivo o consciente supone una acción reflexiva nacional y transicional donde se apliquen los principios sugeridos por Latouche en relación con las ocho erres. En realidad, se trata de un decrecimiento “desde abajo” que incluya varias dimensiones: económicas, políticas, sociales y culturales.

En efecto, se requiere incluir la dimensión cultural, que desde nuestra perspectiva

es una dimensión poco abordada por los teóricos del decrecimiento. Al respecto, desde la mirada decolonial, en América Latina existe una propuesta que bien puede sumarse a la estrategia gradual o transicional del decrecimiento: el buen vivir.

El fenómeno de la pandemia por COVID-19 nos sitúa en un escenario de multi crisis, más desde la perspectiva de los decrecentistas podría servirnos de aprendizaje, una especie de “pedagogía de las catástrofes” que ayude a reflexionar sobre las causas y consecuencias de un decrecimiento forzado, producto de la “antigua” y “nueva” normalidad: sociedad de crecimiento, imaginario productivista, consumista, fe ciega en los beneficios de la tecnociencia. Más bien la “nueva normalidad” debería ser aprovechada para crear consciencia y nos despierte el interés en la búsqueda de alternativas. En cualquiera de las dos teorías imperantes sobre la emergencia del COVID-19: el accidente del laboratorio, como la transmisión zoonótica subyace las responsabilidades del modelo de crecimiento en el que se ha instalado la civilización hace por lo menos dos centurias. La actual pandemia nos ha dado las certezas y evidencias de hacia dónde nos conduce una sociedad que no repara en respetar los límites biofísicos de la tierra, también vislumbramos los efectos de una sociedad de crecimiento, sin crecimiento, ¿habrá servido la lección?

## BIBLIOGRAFÍA

Bermejo, Isabel (2010) “El agrícola es el sector con más emisiones de efecto invernadero a escala mundial”, en revista El Ecologista, No 67, (Disponible en: <https://www.ecologistasenaccion.org/19945/agricultura-y-cambio-climatico/>, consulta 10/05/2021).

Colorado, Marina (2020). “La primera mitad de 2020 sufrió la mayor reducción de emisiones desde 1900”m (Disponible en: <https://www.france24.com/es/programas/medio-ambiente/20201021-medio-ambiente-emisiones-co2-covid-19-pandemia>, Consulta: 05/05/2021).

(Quantos, 2021) “La Ibero presenta La Encuesta de Seguimiento de los efectos del COVIDA EN EL Bienestar de los hogares mexicanos #ENCOVID19”, Ibero, CDMX.

D.Econosignal, (2020) “Perspectiva Industrial Automotriz”, Deloitte, ([www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/mx/Documents/finance/2020/Perspectiva-Industria-Automotriz-DEconosignal.pdf](http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/mx/Documents/finance/2020/Perspectiva-Industria-Automotriz-DEconosignal.pdf), consulta 15/05/2021).

Domínguez, Pedro (2020) “Por coronavirus, se ha perdido más de 346 mil empleos en México: STPS” (<https://www.milenio.com/negocios/coronavirus-perdido-346-mil-empleosmexico-stps>; consultado el 08 de abril de 2020).

Escobar, Arturo (2011) “Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia le pluriverso” en Revista de Antropología Social, No 21, pp. 23-62.

Ilich, Ivan (1973) “*La convivencialidad*”, Editorial Virus.

Gutiérrez, Roberto (2021) “Crisis Petrolera, Covid-19 y Finanzas Públicas”, La revista la de la industria energética, Petroquimex, CDMX.

Latouche, Serge (2003). *Decrecimiento y postdesarrollo*. El viejo topo, España.

Latouche, Serge (2007) *Pequeño tratado del decrecimiento sereno*. España: Icaria.

Latouche, Serge (2012) *Salir de la sociedad de consumo, Voces y vías del Decrecimiento*. Barcelona, España: Octaedro.

Latouche, Serge (2007) *Sobrevivir al Desarrollo*, Icaria, Barcelona, 2007;

Latouche, Serge *Pequeño Tratado de Decrecimiento Sereno*, Icaria, Barcelona, 2009.

Lef, E. (2008): "Decrecimiento o deconstrucción de la economía", *Peripecias*, 117.

Macías, Ma. Carmen (2020) "El campo mexicano y sus vicisitudes ante la crisis sanitaria del COVID-19", en González; Macías y Pérez (Coords.) (2020) "Emergencia sanitaria por COVI-19. Campo mexicano", Serie 34, UNAM, CDMX. (Disponible en : [https://archivos.juridicas.unam.mx/www/site/publicaciones/1170Emergencia\\_sanitaria\\_por\\_COVID\\_19\\_Campo\\_mexicano.pdf](https://archivos.juridicas.unam.mx/www/site/publicaciones/1170Emergencia_sanitaria_por_COVID_19_Campo_mexicano.pdf), CONSULTADO 10/05/2021).

Molina, Israel (2020) "Industria textil se transforma para hacer frente al Covid-19", en *México Industry* (Disponible en <https://mexicoindustry.com/noticia/industria-textil-se-transforma-para-hacer-frente-al-covid-19>, consulta 10/07/2021).

Oxfam, (2016) "Privilegios que niegan derechos. Desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y el Caribe", Perú. (Disponible en [https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file\\_attachments/reporte\\_iguales-oxfambr.pdf](https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/reporte_iguales-oxfambr.pdf), consulta 14/02/2021).

(Rodríguez, La Jornada, 9/12/2020).

Saldívar, Belén (2021) "Economía Rodríguez, La Jornada, 9/12/2020 mexicana se contrajo 8.5% en el 2020; la mayor caída desde 1932", *El Financiero*, 29/01/2021).

Santos, José y Franco-Paredes, Carlos (2011) "Enfermedades tropicales del rezago: a 72 años del establecimiento del Instituto de SAALUBRIDAD Y Enfermedades Tropicales en México", en *Boletín médico del Hospital Infantil de México*, Vol. 68, No 2, marzo/abril, México.

Schneider, François, Fabrice, Flipo, Bayón, Denis (2010) *Decrecimiento 10 preguntas para comprenderlo y debatirlo*. España: El viejo topo.

Taibo, Carlos (2009) "Decrecimiento, crisis, capitalismo", en *Colección de estudios internacionales*, No 5, año 20.

Taibo, Carlos (2011) *El decrecimiento explicado con sencillez*. Madrid: Catarata.

Toledo, Víctor (2013) "El metabolismo social: una nueva teoría socioecología" (2013) en *Relaciones*, No 136, otoño 2013, pp. 41-71.

Toledo, Víctor (2018). "La insustentable esencia de la sustentabilidad", *La Jornada*, Opinión, 22/10/2019. p. 31.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Anatomia do idoso 3

Atualidades 3

### C

Comunidade marginada 3, 4, 1, 2, 14

### D

Desenvolvimento socioeconômico e humano 3, 1

Desenvolvimento urbano 3

### E

Engajamento 3, 13, 67, 70, 76

Estudo comparativo 3, 5, 94, 96, 100

### F

Família 3, 6, 3, 13, 42, 79, 185

Feminismo 3, 17, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 42, 43, 52, 53, 193, 194, 196

### G

Gênero 3, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 68, 75, 185, 211

### J

Jornalismo colaborativo 3, 5, 112, 113, 114, 115, 119, 121, 122

### L

Licenciatura 3, 5, 28, 133, 135, 136, 139, 141, 142, 144, 146, 185, 198, 211, 212

Liderança comunitária 3, 4, 1, 2, 4, 13, 14, 15

### M

Mediação da informação 3, 112

Movimento social 3, 17

Mulher 3, 4, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 41, 42, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 71

### O

Organizações 3, 5, 15, 97

## **P**

Pandemia 3, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 110, 117

Política de cotas 3, 4, 40, 41, 44, 45, 51

Políticas sociais 2, 3

Prática docente 3

Preconceito 3, 4, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29

## **S**

Sociedade 3, 4, 5, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 42, 45, 51, 72, 75, 78, 79, 94, 96, 97, 113, 114, 115, 116, 117, 122

Sociedade civil 3, 5, 45, 97, 116

Sociologia 3, 28, 79, 185

# SOCIEDADE

**ORDEM E  
POLÍTICAS SOCIAIS  
NA ATUALIDADE**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)




[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)




# SOCIEDADE

**ORDEM E  
POLÍTICAS SOCIAIS  
NA ATUALIDADE**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 